

PFL não vai à eleição da Mesa da Constituinte

BRASÍLIA — O PFL não fará parte da Mesa Diretora da Constituinte e nem mesmo participará da sessão em que serão eleitos hoje os ocupantes daqueles cargos. A decisão, em protesto contra a posição da bancada do PMDB, que negou aos pefelistas a 1ª Secretaria da Assembléia, foi anunciada ontem à noite pelos Líderes do PFL na Câmara, José Lourenço, e no Senado, Carlos Chiarelli, após reunião da qual participou também o Presidente interino do partido, Deputado Maurício Campos.

Hoje, no início da sessão de votação, Lourenço explicará aos constituintes a posição do PFL, cuja bancada não irá ao plenário.

— Tentamos encontrar uma solução de consenso, mas a bancada do PMDB radicalizou. Então, não iremos ao plenário gastar sola de sapato — disse Lourenço, apoiado por Chiarelli, para quem “o PFL não pode transigir ficando com cargos que estão aquém de sua representatividade”.

Segundo Chiarelli, a fórmula levada ontem à bancada do PMDB pelo Líder peemedebista na Constituinte, Senador Mário Covas, era “conciliatória”; por ela, o PFL desistia da 1ª Vice-Presidência e ficaria com a 2ª Vice, mas mantinha a reivindicação da 1ª Secretaria.

Os entendimentos nesse sentido começaram a ser mantidos na noite de terça-feira e continuaram, na manhã de ontem, num café da manhã entre Covas, Chiarelli e José Lourenço. O Líder do PFL no Senado, que na véspera retomaria as negociações com o PMDB sob inspiração do Ministro Marco Maciel, alimentava, até saber da decisão do PMDB, uma expectativa positiva quanto as reivindicações do seu partido.

Pela manhã, Chiarelli dizia que o encontro com Covas transcorreria “com açúcar e com afeto” e que o Líder peemedebista iria saber de sua bancada qual a “faixa de disponibilidade de negociação”. Conciliador, Chiarelli afirmava então que compreendia a posição de Covas, “por



Telefoto de Moreno
José Lourenço e Carlos Chiarelli ouvem Mário Covas dizer que o PMDB decidiu não aceitar a proposta do PFL

ser um fato real a liderança precisar ouvir os liderados”.

À tarde, depois das primeiras informações extra-oficiais sobre a decisão do PMDB, tanto Chiarelli quanto Lourenço passaram a admitir a possibilidade de não participar da Mesa. Lourenço nutria, ainda, a esperança de que Covas acenasse com alguma nova possibilidade de conversação, enquanto Chiarelli admitia que a atitude do PMDB “tornava as coisas mais difíceis”.

As últimas expectativas foram desfeitas no início da noite, quando Covas procurou os Líderes do PFL para comunicar oficialmente, numa rápida reunião, a negativa de sua bancada ao pleito pefelista.

José Lourenço recusou-se a admi-

tir que sua bancada saía perdendo nessas negociações e procurou atribuir a derrota ao Líder Mário Covas:

— Os Líderes do PMDB cumpriram os entendimentos que fizemos conosco. A bancada é que radicalizou. Isto poderá ter desdobramentos negativos sobre as próprias instituições do País — disse Lourenço, referindo-se ao novo golpe sofrido pela Aliança Democrática.

Segundo Lourenço, as conversações com o PMDB sobre a composição das comissões e subcomissões temáticas da Constituinte não serão suprimidas em função do problema na composição da Mesa e deverão ser iniciadas hoje.

O Senador Carlos Chiarelli infor-

mou que depois de definidos os percentuais de participação de cada partido nas comissões o PMDB e o PFL indicarão os nomes que desejam para os cargos. Ele admitiu, porém, que “até por uma questão de cortesia, deverá haver uma informação prévia sobre os constituintes indicados”.

Covas, segundo Chiarelli, afirmou que o PMDB ainda não tem nomes acertados para as comissões, inclusive por excesso de oferta para algumas delas. O PFL, disse Chiarelli, está na “reta final” da elaboração da lista de indicados. Ele evitou adiantar os nomes e negou, até mesmo, o do Senador Afonso Arinos para a Presidência da Comissão de Sistematização.

Líder não vai compensar pefelistas dando mais cargos nas comissões

BRASÍLIA — Nenhuma “compensação” será dada ao PFL por causa de sua ausência na Mesa da Constituinte. O Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, disse que não pretende “compensar” o PFL com cargos considerados importantes nas principais comissões e subcomissões temáticas, por entender que o partido não foi lesado na composição da Mesa. Ele lembrou que o critério da proporcionalidade garante ao PMDB a 1ª Vice-Presidência e a 1ª Secretaria e, por isso, o PFL não foi prejudicado na sua pretensão de indicar o 1º Secretário.

— Se eu falasse em compensação, estaria admitindo que o PFL foi lesado, o que não ocorreu — ponderou o Senador.

Depois de comunicar ao Líderes do PFL na Câmara, José Lourenço, e no Senado, Carlos Chiarelli, a decisão da bancada peemedebista de manter a 1ª Secretaria, Covas lamentou que os pefelistas tenham decidido não participar da eleição para a Mesa, hoje às 15h. Adiantou, contudo, que essa decisão do PFL não alterará sua disposição de manter o critério da proporcionalidade no preenchimento das comissões.

Ao ver sua proposta de ceder a 1ª

Secretaria e a 2ª Vice-Presidência da Constituinte ao PFL rejeitada pela bancada do PMDB, Covas disse que não havia nenhum demérito nisso: “Demérito é a bancada decidir por um caminho e o Líder insistir por outro”.

— Eu poderia não ter exposto o que pensava à bancada. Mas, por uma questão de lealdade, achei que deveria dar minha opinião. Se partimos do princípio de que meu ponto de vista não prevaleceu, isso quer dizer uma derrota. Não considero assim e acho inclusive que essa situação vai se repetir por muitas outras vezes — disse o Líder.

Na sua opinião, a atitude tomada pelo Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, na segunda-feira, de declarar que seu partido não iria participar da Mesa nem das comissões e faria uma Constituinte paralela, dificultou o acordo com o PMDB. A partir daí, segundo Covas, a posição da bancada em relação aos cargos na Mesa ficou “muito firme”.

O Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, também acha que a decisão da bancada não significou uma derrota para Covas: “Ele colocou a questão com muita clareza e acredito que acatará a decisão da bancada”.



Uma Bíblia na Assembléia

BRASÍLIA — Quando o Deputado Antônio de Jesus, que é pastor evangélico, entregou ontem uma Bíblia ao seu colega Arnaldo Faria de Sá (foto), para ser colocada na Mesa da Assembléia Constituinte, não poderia imaginar que daí a instantes ela seria aberta ao acaso em um trecho que lembra o que acontece atualmente na própria Assembléia: Livro

do Êxodo, onde é relatada a escolha dos auxiliares de Moisés e a entrega ao povo da tábuas dos Dez Mandamentos. Foi um momento de descontração na Constituinte, que anda às voltas com a escolha dos parlamentares que vão coordenar os seus trabalhos e vai elaborar um conjunto de leis a ser entregue ao povo.

Bancada do PMDB rejeita proposta de Covas e inviabiliza entendimento

BRASÍLIA — A bancada do PMDB decidiu ontem, por 130 votos a 74, negar a 1ª Secretaria da Constituinte ao PFL, inviabilizando definitivamente um acordo entre os dois partidos da Aliança Democrática em torno da composição da Mesa da Assembléia. A decisão contrariou a posição pessoal do Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, que defendeu a negociação do cargo com os pefelistas.

Covas foi procurado na manhã de ontem pelo Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço, que tentou negociar a 1ª Secretaria. O Líder peemedebista esclareceu que o seu partido dificilmente abriria mão do cargo a que tem direito pelo critério da proporcionalidade, que também lhe assegura a 1ª Vice-Presidência. Mas disse que levaria a questão para a análise da bancada.

O Líder do PMDB abriu a reunião da bancada relatando as negociações com o PFL e apresentando a proposta dando ao PFL a 2ª Vice-Presidência e a 1ª Secretaria. Covas, cuja eleição reverteu o acordo que havia sido encaminhado em nome do PMDB por Ulysses Guimarães, dando aos pefelistas a 1ª Vice, preservou sua posição. Mostrou-se compreensivo com o PFL, encaminhando a proposta sobre a 1ª Secretaria, mas não tentou pressionar ou influenciar a bancada, cuja tendência clara era de não abrir mão de nenhum dos dois mais importantes cargos da Mesa.

Os Líderes no Senado, Fernando Henrique Cardoso, e na Câmara, Luiz Henrique, falaram em seguida, valendo-se da mesma tese: na composição da Mesa não cabe a discussão sobre a manutenção da Aliança Democrática. Eles invocaram a tradição parlamentar, que é do preenchimento dos cargos de acordo com o critério da proporcionalidade, para

rejeitar a proposta.

A quase unanimidade dos oradores inscritos, inclusive os dois postulantes à 1ª Secretaria — Marcelo Cordeiro (BA) e José Tavares (PR) — negou os cargos pedidos pelo PFL. O argumento foi repetido: a proporcionalidade assegurava os dois cargos ao PMDB, que tem 305 constituintes, contra apenas 132 do PFL.

Cordeiro assinalou que o PMDB precisava dos cargos porque eles são muito importantes. E disse que a 1ª Vice garante ao partido continuar na Presidência dos trabalhos nos afastamentos de Ulysses Guimarães. Já a 1ª Secretaria, alegou, é a responsável pelo contato da Constituinte com a opinião pública e o recebimento das petições populares, “não podendo ficar com um conservador do PFL”.

O único Deputado a defender a concessão da 1ª Secretaria ao PFL foi Cid Carvalho (MA), que alegou a possibilidade de uma “infrangência” da bancada enfraquecer Mário Covas junto às demais lideranças.

O Senador Mauro Benevides (CE), único candidato à 1ª Vice-Presidência, foi eleito por aclamação, por sugestão da Deputada Cristina Tavares (PE). Os Deputados Gonzaga Atriota (PE) e Luiz Soyer (GO); e o Senador Teotônio Vilela Filho (AL) renunciaram à disputa pela suplência, que caberia ao PMDB, para ampliar o espaço de negociação com os outros partidos.

Elogiando a posição dos constituintes que se retiraram da disputa, Mário Covas afirmou que o gesto possibilitaria o ingresso do PT na Mesa, através de uma suplência.

No final, a bancada indicou o Deputado Marcelo Cordeiro (BA) para candidato à 1ª Secretário. Na votação, Cordeiro venceu José Tavares por uma diferença de apenas dois votos (113 a 111).

Mesa já está recebendo propostas para serem incluídas na nova Carta

BRASÍLIA — Desde ontem a Mesa da Constituinte está recebendo sugestões de seus membros sobre as normas que deverão figurar na futura Constituição. Nos próximos 30 dias, como determina o Regimento Interno, os Constituintes poderão apresentar as suas propostas. Somente ontem, a Mesa recebeu cerca de 40 sugestões, mas com o Presidente da Assembléia, Ulysses Guimarães, se encontram mais de cem, entregues antes da promulgação do atual Regimento.

Essas propostas serão encaminhadas às comissões de acordo com os temas que abordarem. O recordista de apresentação de normas é o Deputado Mendes Botelho (PTB-SP) com 15 sugestões.

Em sua maioria, as sugestões versam sobre a distribuição dos impostos recolhidos pela União para os Estados, Municípios, Territórios e Distrito Federal.

Mais de duas mil mulheres, lideradas pela sufragista Carmem Portinho, de 86 anos, entregarão hoje, às 16h30m, ao Presidente da Câmara e da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, a “Carta das Mulheres”, como subsídio à nova Constituição. Carmem Portinho é uma das líde-

res feministas que em 1932 conseguiram que o Presidente Getúlio Vargas assinasse decreto estendendo o direito do voto às mulheres. Atualmente, é Diretora da Escola de Desenho Industrial do Rio de Janeiro. Juntamente com Berta Lutz, foi fundadora, há mais de 50 anos, da Federação Brasileira do Progresso Feminino.

Um grupo de 11 mulheres parlamentares esteve reunido ontem, no Ministério da Justiça, com a Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Jacqueline Pitanguy, e cinco advogadas convidadas para transformar em projetos as reivindicações da “Carta das Mulheres”.

Todos os avulsos já impressos, contendo o Regimento Interno definitivo da Constituinte, tiveram de ser recolhidos para nova impressão. O motivo foi a falta do termo “absoluta” no dispositivo que trata do quorum necessário à aprovação de matérias constitucionais. Ao contrário do que havia sido aprovado em plenário, o Regimento acabou estabelecendo que as decisões nas comissões e subcomissões, bem como a aprovação do texto final da futura Constituição, seriam aprovadas por “maioria de votos”.